

Eleições para diretores não obtêm consenso

JORNAL DE BRASÍLIA 31 OUT 1995

O esperado consenso entre oposição e governo na votação do projeto de eleição de diretores de escolas públicas, hoje à tarde, não se confirmará. A oposição contestou vários pontos do texto e anunciou ontem a apresentação de, pelo menos, cinco emendas. Os distritais do PMDB alegam que o projeto de Gestão Democrática contém "aberrações", e dizem estranhar a pressa do Executivo em propor a eleição — prevista para o próximo mês. "Não nos deram tempo para discutir a matéria", queixou-se o deputado Benício Tavares (PMDB).

A líder do governo, Lúcia Carvalho (PT), defende-se, lembrando que o projeto vem sendo analisado há meses pelos vários segmentos ligados à educação. Preocupada em garantir a aprovação do texto, a deputada não se mostra irredutível em relação às contestações da oposi-

ção. "Estamos prontos para negociar". Os representantes do Sindicato dos Professores têm a mesma disposição. "Não temos interesse em radicalizar", garante a diretora Lúcia Ivanov. O líder do PMDB, Luiz Estevão, garante que a intenção de seu grupo não é obstruir ou adiar a votação.

"Queremos apontar as contradições do projeto para evitar futuros contratempos". Ele destaca entre os equívocos o período de 15 dias para realização das eleições. "É o mesmo que determinar o fim do período letivo, que fatalmente seria prejudicado pelo pleito". Seu colega de partido, Edimar Pireneus salienta ainda, "que o projeto permite o voto de estudante da 6ª série, que têm, em média, 13 anos. A oposição quer propor uma maior discussão sobre o peso" dado ao voto de professores, alunos, pais e servidores.